

Análise comparativa do pensamento de Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* e Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala*.

Karoline Biscardi Santos (UFMG)

Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre foram estudiosos da sociedade brasileira que buscavam, no passado do Brasil, explicações para o seu presente. O primeiro era modernista e participou da Semana da Arte Moderna de 1922. Paulista, cresceu em um ambiente urbanizado. Seu pai era funcionário público. Foi um dos fundadores do PT, o Partido dos Trabalhadores. Freyre pode ser considerado o oposto: membro de família aristocrática nordestina, fazia defesa ferrenha da oligarquia, à qual pertencia, e do Nordeste, e teve, desde cedo, contato com o ambiente rural. Contemporâneos, os dois autores possuíam formação na área de humanidades: Freyre estudou ciências sociais nos Estados Unidos e Sérgio Buarque concluiu o curso de Direito na Universidade do Brasil, embora não tenha chegado a exercer a profissão.

Ao viajar para a Alemanha em 1929 como jornalista, Sérgio Buarque teve contato com o pensamento sociológico alemão moderno, que muito influenciou seu livro *Raízes do Brasil*, publicado em 1936. De acordo com José Carlos Reis (1999, p. 120), "*Raízes do Brasil* é quase integralmente weberiano." Ainda segundo Reis (idem, p. 53), influências de Weber e Dilthey também são evidentes na obra de Freyre. Nas palavras de Sena (2003, p. 78), "ambos se propuseram escrever uma história social do Brasil procurando no passado, em nossas relações específicas com a tradição ibérica, o sentido do Brasil contemporâneo."

Tanto *Casa Grande & Senzala* como *Raízes do Brasil* foram publicados na década de 30, período em que o Estado brasileiro passava por mudanças profundas econômicas e políticas. No plano econômico, com o estímulo do regime centralizador de Vargas à expansão das atividades urbanas, o eixo produtivo do país se desloca da agricultura de exportação para a incipiente indústria. No plano político, a Revolução de 30 possibilita a participação da classe média e da burguesia no cenário político nacional. Assim, o momento era difícil para a elite rural não só porque a agricultura perdia espaço: a emergência de uma classe média, do tenentismo, de uma recém-surgida burguesia e do movimento operário, todos estes setores insatisfeitos com a República Velha, contribuía para a derrocada do

regime. A oligarquia via seu poder esvaír-se na medida em que o fracasso da política do café-com-leite tornava-se evidente. A urbanização ocasionava o deslocamento do foco de poder das áreas rurais para as urbanas. Assim, as cidades deixavam de ser meros prolongamentos da grande propriedade¹, dando continuidade ao processo de decadência da oligarquia que se iniciava com a Independência política em 1822 e que atingia seu clímax com a Abolição da Escravatura, em 1888.

Na década de 1930 o modernismo, já na sua segunda geração, se consolida no em nosso país, estando em sintonia com as mudanças que ocorriam no campo político e social em consequência da derrocada da velha ordem. Pregou, no Brasil, a tomada de consciência da realidade brasileira, o que certamente influenciou o surgimento de obras de estudo do país, como os livros que vamos analisar.

Quanto ao contexto ideológico da década de 30, podemos citar como características da época em questão o positivismo, o afastamento da tradição historiográfica política, jurídica e institucional, dominante na década de 20, e rompimento com os determinismos racial e climático outrora utilizado por autores como Euclides da Cunha para explicar a realidade brasileira. De acordo com Custodia Selma Sena (2003, p. 70),

somente a partir dos anos 20 deste século [XX] a noção de mestiçagem afasta-se de sua conotação biológica, e nossa heterogeneidade é ressignificada por meio das idéias de hibridismo, sincretismo e ambigüidade, inaugurando, na expressão de Schwarcz (1995), um *olhar cultural* sobre a sociedade brasileira. (Grifo nosso)

De acordo com José Carlos Reis (1999, p.117), na década de 30 “a história se aproximou das ciências sociais, querendo pesquisar a ‘realidade brasileira’ em seu aspecto econômico-social-mental e não mais só político”. É nesse contexto que Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda constroem sua visão crítica da sociedade brasileira. Sérgio Buarque criticava a adoção de uma única perspectiva, que tinha raízes no positivismo, para estudar os fenômenos sociais brasileiros.

Ambos os autores abordados nesta análise queriam conhecer as peculiaridades de nossa sociedade. Para isso, inovaram quanto ao tipo de fontes documentais que serviam de suporte às suas conclusões. Os documentos usados

¹ Para a relação de dependência entre as áreas rurais e urbanas, ver Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*. 26ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 89-92.

na pesquisa de história eram somente aqueles de caráter oficial, que tratavam a história do ponto de vista da elite branca. A partir de Gilberto Freyre, também o particular passou a ser levado em consideração na construção da história. Assim, documentos como diários de viagem e aspectos como religiosidade e sexualidade, nunca antes abordados pela história tradicional, foram submetidos a análises e usados na reconstrução ou na refutação da história oficial. Sérgio Buarque de Holanda “ênfatizava o provisório, a diversidade, a fim de documentar novos sujeitos eventualmente participantes da história” (DIAS, 1998, p. 16) e defendia “a inclusão de negros, índios, mulheres, pobres de todo tipo, enfim, de todos os marginalizados da sociedade oligárquica, do passado, os quais deverão ser integrados à sociedade brasileira no futuro.” (REIS, 1999, p.118) Para o autor de *Raízes do Brasil*, essas pessoas devem ser incluídas na história de seu país. Os pontos de vista dos diferentes segmentos da sociedade vão construir uma verdade que não é única nem absoluta, mas que tem faces e pode, então, ser vista sob diferentes perspectivas, resultando em várias verdades que não se anulam, mas se complementam.

Sérgio Buarque de Holanda opta pela busca do “meio-termo” através da oposição de duas teses. Como não aprova generalizações, constrói uma visão do Brasil através do confronto entre pares opostos, chegando a uma visão “média” do aspecto abordado. É o que acontece quando ele opõe: o ladrilhador e o semeador, ou seja, o espanhol, previdente e adepto do planejamento, e o português, desprovido dessas características; o trabalhador e o aventureiro, tipos ideais, sempre presentes, em maior ou menor medida, no indivíduo; o rural e o urbano; o estilo urbanizador espanhol e o português; o Estado e a família, pertencentes à esfera do impessoal e ao pessoal, respectivamente; burocracia e caudilhismo etc. Para Robert Wegner (2000), é possível detectar dois eixos principais na argumentação construída por Sérgio Buarque em *Raízes...: um é o que diz respeito ao nosso *tradicionalismo*, e o segundo fala da *nostra revolução*, que aponta para a urbanização do Brasil e para a constituição de um Estado burocrático em oposição à sociedade personalista que o precedia.*

Método parecido adota Gilberto Freyre, que “vê a história pelos seus inúmeros lados (...).” (MOTTA, 1981, apud REIS, 1999, p.55) De acordo com Everaldo Cabral de Mello (2001, p. 21) “a originalidade metodológica de Gilberto residiu em aplicar ao estudo de uma sociedade histórica, a brasileira, a perspectiva

sincrônica da nova antropologia.” Para Sena (2003, p. 76), o movimento do pensamento freyriano vai da

afirmação da especificidade à sondagem dos termos díspares – passado e presente, tradição e modernidade –, conciliação que não resulta, como mencionado, numa síntese homogênea, mas numa conjunção instável e, por isso mesmo, plena de potencialidades inventivas.

Tanto Freyre quanto Buarque de Holanda rompem com a idéia de que a miscigenação teria sido prejudicial à formação da raça brasileira. Enquanto o último rompe também com o enfoque das raças, concentrando-se mais em aspectos culturais do povo brasileiro, Freyre utiliza-se do conceito sem, no entanto, incorrer em determinismos raciais já superados na época, expondo várias causas para os eventos que aborda. Um exemplo disso é a maneira como explica o sucesso da colonização portuguesa no Brasil. Contribuíram para tal sucesso: a “bicontinentalidade” dos portugueses, tanto cultural quanto étnica; o fato de já terem experiência na colonização de territórios tropicais; a sua mobilidade; a sua miscibilidade, resultante da sua falta de orgulho de raça, por sua vez conseqüência do fato de já serem um “povo-mistura” de Europa e África; a sua aclimatabilidade, resultante do fato de as condições físicas de solo e de temperatura de Portugal serem mais parecidas com as da África do que com as da Europa (FREYRE, 1933). Os portugueses seriam, portanto, o povo mais adequado para a colonização dos trópicos, e Sérgio Buarque endossa essa tese.

Para Gilberto Freyre, a colonização do Brasil não poderia ter sido efetivada sem a contribuição do braço trabalhador do negro, isto é, sem a instituição da escravidão. A presença do negro “não comprometeu em nada a criação portuguesa, pelo contrário, foi um esteio indispensável. Eles deram uma contribuição excepcional à colonização portuguesa e foram também civilizadores do Brasil.” (REIS, 1999, p. 64)

Uma das principais teses de Freyre diz respeito ao tipo de relação decorrente do encontro de raças no Brasil. “Foi um encontro fraterno, solidário, generoso, democrático, viabilizado pela miscigenação.” (REIS, 1999, p. 66) Assim, um clima de confraternização “sexual e social” reinava sobre o engenho. O branco, embora militarmente vencedor, teria tratado o escravo com ternura e condescendência.

Freyre ilustra essa tese com o exemplo das crianças de cores diferentes que brincavam juntas e da escrava que amamentava o bebê da mulher do senhor de engenho. Portanto, não teria existido, em momento algum, um regime de *apartheid* social no Brasil. (Idem, p. 66-67) “Na casa grande, os escravos domésticos foram tratados com doçura – eram como familiares, pessoas da casa, com parentes pobres.” (Idem, p.77) O palco de todos esses acontecimentos é, claro, o engenho:

A *Casa grande & Senzala* foi (...) o centro da história colonial brasileira, foi um verdadeiro ‘palácio rural’ – ali morou o seu verdadeiro sujeito, o senhor patriarcal, cercado de sua família extensa legítima e ilegítima, seus escravos domésticos, seus agregados, sua capela, sua plantação e escravos, sobre os quais exercia um poder absoluto, sem apelo. (REIS, 1999, p.72)

Atribuindo um papel civilizador ao negro e instituindo um lugar na família senhorial para o escravo, Freyre justifica a escravidão e bota “panos quentes” no que diz respeito aos males e à violência inerentes a ela. Críticos do autor alertam para o fato de que o tipo de relação que ele descreve acontecia entre os senhores e os escravos domésticos, que eram minoria se comparados aos escravos que trabalhavam no engenho como um todo.

Mais preocupado com a formação da cultura brasileira propriamente dita, Sérgio Buarque aborda, logo no início de *Raízes do Brasil*, o evento da importação e implantação da cultura européia em território americano. Para ele, este é, em nossa história, “o fato dominante e mais rico em conseqüências”. (HOLANDA, 2003, p.31) O autor relega a segundo plano a contribuição de outras culturas para a formação da brasileira: “De lá [da Península Ibérica] nos veio a forma atual de nossa cultura; o resto foi matéria que se sujeitou mal ou bem a essa forma.” (Idem, p. 40) O resultado da inadequação das instituições e formas de vida que aqui vigoram às características do lugar é sermos “desterrados em nossa terra”. (Idem, p.31)

Em *Raízes do Brasil*, Buarque de Holanda descreve e analisa o que chama de “cultura do personalismo”. Herança portuguesa, o personalismo é traço peculiar à cultura ibérica, atribuído pelo autor não a determinismos biológicos ou climáticos, e sim ao fato de a consolidação dos Estados Nacionais ter-se dado mais cedo que a do resto da Europa – talvez cedo demais: “Não terá sido o próprio bom êxito dessa transformação súbita, e talvez prematura, uma das razões da obstinada persistência, entre eles, de hábitos de vida tradicionais, que explicam em parte sua

originalidade?” (HOLANDA, 2003, p.36) A recusa da hierarquia e o individualismo ibéricos acabaram resultando, na sociedade brasileira, na cultura da invasão do público pelo particular, a frouxidão das instituições e a falta de coesão social da sociedade brasileira. O mesmo individualismo, segundo Sérgio Buarque, levaria os ibéricos – e, mais tarde, os brasileiros – a uma cultura de recusa do trabalho manual, já que este é a dedicação a algo exterior ao indivíduo. Outras características que herdamos da sociedade portuguesa: o amor ao ócio, o horror à submissão e a imprevidência.

Para Sérgio Buarque, esse personalismo teria contaminado até mesmo a religião:

Nosso velho catolicismo, tão característico, que permite tratar os santos com uma intimidade quase desrespeitosa e que deve parecer estranho às almas verdadeiramente religiosas, provém ainda dos mesmos motivos. A popularidade, entre nós, de uma santa Teresa de Lisieux – santa Teresinha – resulta muito do caráter intimista que pode adquirir seu culto, culto amável e quase fraterno, que se acomoda mal às cerimônias e suprime as distâncias. (...) No Brasil, (...) foi justamente o nosso culto sem obrigações e sem rigor, intimista e familiar, a que se poderia chamar, com alguma impropriedade, “democrático”, um culto que se dispensava no fiel todo esforço, toda diligência, toda tirania sobre si mesmo, o que corrompeu, pela base, o nosso sentimento religioso. (HOLANDA, 2003, p.149-150)

A cultura do personalismo teria, também, tornado impossível a naturalização da democracia entre nós:

A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas. E assim puderam incorporar à situação tradicional, ao menos como fachada ou decoração externa, alguns lemas que pareciam os mais acertados para a época e eram exaltados nos livros e nos discursos. (HOLANDA, 2003, p. 160)

Sérgio Buarque de Holanda chama a atenção também para a maneira como as reformas sempre aconteceram no Brasil. Para ele, as revoluções aqui sempre aconteceram de cima pra baixo, ou seja, sem a participação de seu maior interessado, o povo. É bastante freqüente, para ilustrar esta afirmação, o exemplo

do povo que, em 1885, assistia bestializado à Proclamação da República, sem ter a menor idéia do que estava acontecendo. A massa sempre esteve alheia às reformas. Para Buarque de Holanda, isso precisa mudar, sob pena de nunca termos movimentos reformadores dotados de legitimidade.

Em *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque expõe, também, o conceito do “homem cordial”. Segundo ele,

a lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar ‘boas maneiras’, civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante. (HOLANDA, 2003, p.146-147)

A “cordialidade” não é, portanto, sinal de boa educação, de bondade ou de submissão aos padrões de conduta impostos pelo meio. Ela é resultado de uma necessidade, de um “desejo de estabelecer intimidade.” (Idem, p.148) O “horror às distâncias (...) parece constituir (...) o traço mais específico do espírito brasileiro.” (Idem, p.149) Antonio Candico escreve, no prefácio de *Raízes...*, que “o ‘homem cordial’ não pressupõe bondade, mas somente o *predomínio dos comportamentos de aparência afetiva* (...)” (p. 17. Grifo nosso.)

Quanto ao ruralismo brasileiro, Sérgio Buarque de Holanda afirma ser ele um resquício da colonização portuguesa. Os colonizadores não trouxeram nenhuma inovação em termos de agricultura, fazendo com que nossas práticas de plantio permanecessem atrasadas por longo tempo. Sérgio Buarque cita um episódio interessante a esse respeito. Segundo ele, o frei Vicente de Salvador conta que, “quando mandava comprar um frangão, quatro ovos e um peixe para comer, nada lhe traziam, porque não se achavam dessas coisas na praça, nem no açougue, e que, quando pedia às casas particulares, logo lhas mandavam.” (HOLANDA, 2003, p. 81) Esse episódio também é citado por Freyre em *Casa Grande & Senzala*, e deixa bem clara a dependência que as cidades tinham do meio rural até mesmo para gêneros tão essenciais quanto os alimentares, cuja escassez Freyre também registra, culpando, por isso, a monocultura. Outro episódio interessante narrado em *Raízes do Brasil*:

[Na organização patriarcal rural,] o pátrio poder é virtualmente ilimitado e poucos freios existem para sua tirania. Não são raros os casos como o de um Bernardo Vieira de Melo, que, suspeitando a nora de adultério, condena-a à morte em conselho de família e manda executar a sentença, sem que a Justiça dê um único passo no sentido de impedir o homicídio ou castigar o culpado, a despeito de toda a publicidade que deu ao fato o próprio criminoso. O quadro familiar torna-se, assim, tão poderoso e exigente, que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. *A entidade privada precede sempre, neles, a entidade pública.*” (HOLANDA, 2003, p.81-82. Grifo nosso)

A autonomia da organização familiar colonial em relação ao seu exterior, portanto, não se restringia apenas aos bens de que necessitava para uso e consumo, mas se manifestava também no plano da definição das regras de conduta, sendo as transgressões passíveis das mais extremas punições. É evidente, assim, que o engenho constituía um Estado dentro do Estado (se é que existia realmente o último), pois possuía suas próprias normas de comportamento e, inclusive, uma Justiça paralela. No entanto, para o autor de *Raízes do Brasil*,

o Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe, entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição. (HOLANDA, 2003, p. 141)

Dessa forma, Buarque de Holanda refuta o pensamento romântico, de acordo com o qual as instituições do Estado seriam derivadas da família. Mais uma prova de seu rompimento com o determinismo é este trecho, segundo o qual

o predomínio esmagador do ruralismo, segundo todas as aparências, foi antes um fenômeno típico do esforço dos nossos colonizadores do que uma imposição do meio. E vale a pena assinalar-se isso, pois parece interessante, e talvez mais lisonjeiro à vaidade nacional de alguns, a crença, nesse caso, em certa misteriosa ‘força centrífuga’ própria ao meio americano e que tivesse compelido nossa aristocracia rural a abandonar a cidade pelo isolamento dos engenhos e pela vida rústica nas terras de criação. (HOLANDA, 2003, p. 92)

Aqui podemos perceber mais uma divergência entre o pensamento de Freyre e Holanda, já que, de acordo com o primeiro, o ruralismo no Brasil foi imposto pelas

circunstâncias, e não espontâneo. (FREYRE, 1933) O que os portugueses realmente queriam era um território de onde pudessem extrair riqueza facilmente sem ter que arcar com o ônus da colonização. O meio, no entanto, não o permitiu, obrigando os colonos a partir para a agricultura.

Entre Euclides da Cunha, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque, há um rompimento gradual com a preocupação com os aspectos biológicos da gente brasileira. O primeiro atribui à miscigenação a debilidade da raça brasileira: é um mal irreversível, não havendo, assim, esperanças de melhora. O brasileiro está condenado à inferioridade. Já Sérgio Buarque crê ser o personalismo o mal da sociedade brasileira: é um mal cultural e reversível. Gilberto Freyre, já sem preconceitos raciais, mas ainda preso a questões biológicas e ao conceito de raça, atribui à alimentação do período colonial, insuficiente em qualidade ou quantidade, as “deficiências” da raça brasileira. Essa insuficiência alimentar – atribuída por Freyre à monocultura latifundiária –, aliada à sífilis e outras doenças trazidas pelos europeus, acabaram afetando a eugenia brasileira. Para Freyre (1933, p. 32), “muito da inferioridade física do brasileiro, em geral atribuída toda à raça, ou vaga e muçulmanamente ao clima, deriva-se do mau aproveitamento dos nossos recursos naturais de nutrição.” Assim, o regime alimentar do brasileiro explicaria as “importantes diferenças somáticas e psíquicas entre o europeu e o brasileiro”. (FREYRE, 1933, p. 33)

Um outro traço presente no pensamento de Freyre e ausente no de Buarque de Holanda é a idéia de “seleção natural”: a gente brasileira seria privilegiada por um processo de melhoramento genético, “dada a liberdade que tinha o europeu de escolher entre dezenas de índias. De semelhante intercurso sexual só podem ter resultado bons animais, ainda que maus cristãos ou mesmo más pessoas.” (FREYRE, 1933, p. 21)

Uma outra divergência entre o pensamento de Freyre e Buarque de Holanda é quanto às intenções dos colonizadores em relação ao Brasil: para o primeiro, os que vieram, vieram para ficar e construir algo duradouro e permanente:

(...) os portugueses colonizadores do Brasil foram os primeiros europeus a verdadeiramente se estabelecerem em colônias, vendendo para esse fim quanto possuíam em seu país de origem e transportando-se com a família e cabedais para os trópicos. (FREYRE, 1933, p. 18)

Já para Sérgio Buarque, os portugueses só pensavam em fazer fortuna rápida na colônia para, em seguida, voltar pra Portugal para desfrutar seus ganhos. Tanto que, para ele, “a obra realizada no Brasil pelos portugueses teve um caráter mais acentuado de feitorização do que de colonização. Não convinha que aqui se fizessem grandes obras, ao menos quando não produzissem imediatos benefícios.” (HOLANDA, 2003, p. 107)

Ao contrário de Freyre, Sérgio Buarque queria conhecer o passado brasileiro para “superá-lo dialeticamente. (...) Sua visão da história do Brasil não é aristocratizante, senhorial, elitista.” (REIS, 1999, p. 121) Para ele, as características portuguesas de nossa sociedade são obstáculos ao seu desenvolvimento e somente a superação da herança cultural dos colonizadores permitirá o desenvolvimento do Brasil. Freyre, ao contrário, não quer superar o passado: lança sobre ele um olhar de nostalgia, de saudade dos tempos de glória da oligarquia, detentora de qualidades como coragem, bravura e habilidade, já que o Estado praticamente não agiu no sentido de colonizar o território. Para o autor, a colonização brasileira se deu “menos pela ação oficial do que pelo braço e pela espada do particular”. (FREYRE, 1933, p. 4) A família colonial, “vivo e absorvente órgão da formação social brasileira”, foi responsável pela civilização da nova terra. Graças a ela, “a colonização portuguesa no Brasil tomou desde cedo rumo e aspectos sociais tão diversos da teocrática, idealizada pelos jesuítas”. (Idem, 1933, p. 22-23) A dívida do Brasil com essa classe, então, não é pequena. Sérgio Buarque, por sua vez, rompe com esse pensamento: para ele, “as elites brasileiras tratam o Brasil como os conquistadores portugueses: conquistam a sua população e depredam a natureza.” (REIS, 1999, p.132) Para Sérgio Buarque de Holanda, o Brasil não tem dívida alguma com as elites: precisa, aliás, livrar-se do domínio delas, do jugo do patriarcalismo, do personalismo que mina a burocracia e, conseqüentemente, a organização do Estado e da sociedade. Para o autor de *Raízes do Brasil*, esse processo já começou:

Os velhos proprietários rurais tornados impotentes pelo golpe fatal da Abolição e por outros fatores não tinham como intervir nas novas instituições. A República, que não criou nenhum patriciado, mas apenas uma plutocracia, se assim se pode dizer, ignorou-os por completo. Daí o melancólico silêncio a que ficou reduzida a casta de

homens que no tempo do Império dirigia e animava as instituições, assegurando ao conjunto nacional certa harmonia que nunca mais foi restaurada. (...) A urbanização contínua, progressiva, avassaladora, fenômeno social de que as instituições republicanas deviam representar a forma exterior complementar, destruiu esse esteio rural, que fazia a força do regime decaído sem lograr substituí-lo, até agora, por nada de novo. (HOLANDA, 2003, p.176)

No capítulo final de *Raízes...*, seu autor deixa claras suas esperanças no desaparecimento das “raízes ibéricas”, que tanto nos prejudicam:

Ainda testemunhamos presentemente, e por centro continuaremos a testemunhar durante largo tempo, as ressonâncias do lento cataclismo, cujo sentido parece ser o do aniquilamento das raízes ibéricas de nossa cultura para a inauguração de um estilo novo, que crismamos talvez ilusoriamente de americano, porque seus traços se acentuam com maior rapidez em nosso hemisfério. No Brasil, e não só no Brasil, iberismo e agrarismo confundem-se (...). No dia em que o mundo rural se achou desagregado e começou a ceder rapidamente à invasão impiedosa do mundo das cidades, entrou também a decair, para um e outro, todo o ciclo das influências ultramarinas específicas de que foram portadores os portugueses. (HOLANDA, 2003, p.172)

Através da abordagem da perspectiva de vários intérpretes de Gilberto Freyre e de Sérgio Buarque de Holanda, percebemos que o pensamento dos dois historiadores são semelhantes em vários aspectos, apesar de divergirem quanto ao principal: a nostalgia de Freyre em relação ao passado colonial se opõe radicalmente à esperança de Holanda no futuro e no desenvolvimento do Brasil, para o que é necessário romper de vez com a idéia de que uma volta ao passado resolveria nossos problemas e de que o país pertence às elites.

BIBLIOGRAFIA

DIAS, Maria O. L. da Silva. Política e Sociedade na Obra de Sérgio Buarque de Holanda. In: CANDIDO, Antonio (Org.). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Perseu Abramo, 1998.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. 20ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

MELLO, Evaldo C. “O ‘ovo de colombo’ gilbertiano”. In: FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Rosa M. Barbosa de. *O imperador das idéias – Gilberto Freyre em questão*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Fundação FGV, 1999.

SENA, Custódia Selma. *Interpretações dualistas do Brasil*. Goiânia: Editora UFG, 2003.

WEGNER, Robert. *A Conquista do Oeste – A Fronteira na Obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.